

Com o freio nos dentes

Temos um novo pacote, feito às escondidas, sob a ramagem da árvore de Natal. O "pacote Bresser", segundo o presidente da República, era "engodo", era "recessivo". Como caracterizar o "pacote Sarney"? As palavras empregadas pelo presidente parecem aplicar-se com justeza a seu próprio pacote, que é o definitivo: a redução do poder aquisitivo dos contribuintes será drástica e, portanto, recessiva; quanto aos cortes nas despesas públicas, não passam de engodo. O governo serviu-se, com astúcia, do anedótico expediente do bode: o "pacote Sarney" seria pior se fosse conforme as sugestões do ex-ministro da Fazenda. Nem por isso, entretanto, cheira bem. Não cremos, de modo algum, que possa concorrer para reduzir efetivamente o déficit público e, com este, a inflação.

Os números, por si mesmos, já deixam inteiramente a nu o sentido das novas medidas, que é, aliás, o mesmo de sempre: o governo arrancará mais dinheiro do público ou, para falar em termos convencionais, recolherá uma receita adicional equivalente a 1% do PIB; quanto aos gastos, se executar realmente suas "boas intenções", sofrerá redução correspondente a 0,6% do PIB... A discrepância entre os sacrifícios que o governo exige dos contribuintes e os que se dispõe ele mesmo a fazer é manifesta, notória, até escandalosa. Considerando-se que o déficit público deste ano equivalerá a cerca de 6% do PIB, percebe-se que o novo pacote fiscal não chegará a reduzi-lo de modo sensível, mormente porque as finanças públicas do País sempre foram regidas por esta regra de ouro: "As receitas criam as despesas"...

A necessidade de ordenar as finanças públicas do País é inquestionável e, para se alcançar este resultado, só existe um caminho: aumentar as receitas (sobretudo por meio do combate à sonegação e do aprimoramento do sistema) e reduzir os gastos. O sacrifício dos contribuintes só seria admissível se o governo, deslavadamente esbanjador e dissipador, se impusesse a si próprio sacrifício ainda maior. Mas o fato é que o governo se esquivou, tira o corpo e não

faz senão onerar, a cada ano mais, o setor privado (principalmente as pessoas físicas), a fim de engrossar as receitas e atulhar as burras dos ineficientes organismos oficiais.

Quais serão os cortes nas despesas? Primeiro, o correspondente à redução dos incentivos fiscais, que nos parece justificado, uma vez que esses incentivos deveriam, como todo incentivo, ter duração temporária e ser extintos depois de atingido seu objetivo. O governo "nordestino", porém, decidiu manter os incentivos regionais, embora estes não tenham surtido melhor resultado do que permitir a criação, a preço fantástico, de novos empregos. O governo deveria ter a coragem de ir mais longe e acabar com determinados subsídios, pois o efeito inflacionário de sua extinção cessaria em um mês, ao passo que, enquanto são mantidos, seu efeito inflacionário se perpetua.

Quando se fala em cortes de despesas, muitos imaginam que se trata, invariavelmente, de cortes nos gastos diretos. Quanto a estes, porém, o governo limita-se a prometer que a política salarial das empresas estatais será doravante fiscalizada com mais cuidado. Mas essa promessa não passa de refrão fastidioso, de balela cansativa que todos já ouvimos repetidas vezes. Na verdade, o governo descobriu somente um meio de reduzir seus gastos: a transferência, para a alçada estadual, das "ceasas" e das subsidiárias regionais da Rede Ferroviária Federal. Ora, como tais empresas são deficitárias, pode-se antever que os Estados precisarão recorrer à ajuda do Tesouro Nacional para mantê-las...

O governo teve a coragem de privatizar as exportações de açúcar. Mas — pergunta-se — conseguirá realmente, com essa medida, reduzir os gastos do Instituto do Açúcar e do Alcool? O quadro de funcionários deste será efetivamente coarctado? Nada foi dito a respeito. O que se esperaria de um governo verdadeiramente austero seria a firme decisão de privatizar o maior número possível de empresas e extinguir as inúteis e irrecuperáveis.

No tocante ao aumento de suas re-

ceitas, não há dúvida que o governo se mostrou mais arguto e imaginoso. O golpe da tabela progressiva, com correção apenas de 250% (e inflação superior a 360%), foi bem aplicado, e calçado na lição aprendida dos autores do Plano Cruzado. É mais duro ainda do que parece, pois já no início do novo ano a inflação será exuberante... O sistema foi aperfeiçoado pela instituição do pagamento trimestral do imposto para os contribuintes que contam mais de uma fonte de rendimentos. O princípio seria até aceitável se o limite fixado tivesse sido corrigido com critério.

O governo decidiu também tributar as aplicações de curto prazo. A medida parece justa, mas, no que diz respeito, principalmente, aos títulos públicos, terá o inconveniente de aumentar a remuneração bruta dos aplicadores. O que o governo ganha, de um lado, perde, de outro. Deste modo, o serviço da dívida aumentará, e não é este, certamente, o meio adequado de se reduzir o déficit público...

Inspirando-se no regime soviético, o governo espera que os contribuintes denunciem os médicos e dentistas sonegadores e se erijam em "fiscais de Sarney". Agora, porém, com uma agravante: os que não o fizerem estarão sujeitos a pesadas penalidades; e, assim, os contribuintes terão de optar entre delação e desembolso maior. É esta, aliás, a única medida privatista que enxergamos nesse pacote!

O governo fez bem em transferir para o Congresso o encargo de decidir sobre novos impostos. Os que sonham com a consolidação da democracia e o fortalecimento do Congresso receiam, porém, que as decisões do Legislativo nesse terreno possam vir a ampliar o déficit público. Enfim, novos impostos não poderão ser criados por decreto-lei e sem discussão aprofundada acerca das consequências do aumento da tributação. Resta-nos apenas lamentar que uma simples portaria, mudando uma tabela progressiva, possa ser baixada por um ministro, que deste modo obtém a maior parte dos 400 bilhões de cruzados para sustentar o ineficiente serviço público.